

segunda-feira, 8 de janeiro de 2024 Diário Oficial Caderno Executivo - Seção III São Paulo, 134 (5) – 161

**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
EDITAL FFLCH/FLM nº 0 17/2024**

RETIFICAÇÃO

Na publicação do D.O.E de 26/12/2023, referente ao Edital de abertura do concurso público de títulos e provas do Departamento de Letras Modernas, disciplina de língua Italiana, onde se lê: “01 (um) cargo de Professor Doutor”, leia-se: “02 (dois) cargos de Professor Doutor”. Onde se lê: “claro/cargo nº 1242474”, leia-se: “nº 1242474 e nº 1231367”.

396 e 397– São Paulo, 133 (141) Diário Oficial Caderno Executivo - Seção III terça-feira, 26 de dezembro de 2023

**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
EDITAL FFLCH/FLM nº 017-2024**

ABERTURA DE INSCRIÇÕES AO CONCURSO PÚBLICO DE TÍTULOS E PROVAS VISANDO O PROVIMENTO DE 01 (UM) CARGO DE PROFESSOR DOUTOR NO DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS, DISCIPLINA DE LÍNGUA ITALIANA DA FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.

O Diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo torna público a todos os interessados que, de acordo com o decidido pela Congregação em sessão ordinária realizada em 21 de dezembro de 2023, estarão abertas, pelo prazo de 30 (trinta) dias com início às 08 horas (horário de Brasília) do dia 03/01/2024 e término às 17 horas (horário de Brasília) do dia 01/02/2024, as inscrições ao concurso público de títulos e provas para provimento de c, referência MS-3, em Regime de RDIDP (Regime de Dedicção Integral à Docência e Pesquisa), claro/cargo nº 1242474, com o salário de R\$ 14.761,10. (maio/2023), junto ao Departamento Letras Modernas, área de Língua e Literatura Italiana, disciplina de Língua Italiana, nos termos do art. 125, parágrafo 1º, do Regimento Geral da USP, e o respectivo programa que segue:

1. O italiano contemporâneo.

2. Relações entre língua padrão e dialetos na Itália contemporânea.
3. O modo subjuntivo na língua italiana.
4. O período hipotético: peculiaridades do italiano.
5. A língua do uso e a língua dos manuais didáticos.
6. Tempos perfectivos do passado: usos em italiano e português brasileiro.
7. Métodos e abordagens de ensino: análise e crítica.
8. A competência pragmática no ensino-aprendizagem de italiano.
9. A perspectiva intercultural no ensino do italiano como língua estrangeira.
10. Metodologias ativas e as TDICs aplicadas ao ensino do italiano como língua estrangeira.
11. O ensino de italiano na universidade: propostas e desafios.

O concurso será regido pelos princípios constitucionais, notadamente o da impessoalidade, bem como pelo disposto no Estatuto e no Regimento Geral da Universidade de São Paulo e no Regimento da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

1. Os pedidos de inscrição deverão ser feitos, exclusivamente, por meio do *link* <https://uspdigital.usp.br/gr/admissao> no período acima indicado, devendo o candidato preencher os dados pessoais solicitados e anexar os seguintes documentos:

I – memorial circunstanciado e comprovação dos trabalhos publicados, das atividades realizadas pertinentes ao concurso e das demais informações que permitam avaliação de seus méritos, em formato digital;

II – prova de que é portador do título de Doutor outorgado pela USP, por ela reconhecido ou de validade nacional;

III – prova de quitação com o serviço militar para candidatos do sexo masculino;

IV – certidão de quitação eleitoral ou certidão circunstanciada emitidas pela Justiça Eleitoral há menos de 30 dias do início do período de inscrições;

V – documento de identidade oficial.

§ 1º - Elementos comprobatórios do memorial referido no inciso I, tais como maquetes, obras de arte ou outros materiais que não puderem ser digitalizados deverão ser apresentados até o último dia útil que antecede o início do concurso.

§ 2º - Não serão admitidos como comprovação dos itens constantes do memorial *links* de Dropbox ou Google Drive ou qualquer outro remetendo a página passível de alteração pelo próprio candidato.

§ 3º - Para fins do inciso II, não serão aceitas atas de defesa sem informação sobre homologação quando a concessão do título de Doutor depender dessa providência no âmbito da Instituição de Ensino emissora, ficando o candidato desde já ciente de que neste caso a ausência de comprovação sobre tal homologação implicará o indeferimento de sua inscrição.

§ 4º - Os docentes em exercício na USP serão dispensados das exigências referidas nos incisos III e IV, desde que tenham comprovado a devida quitação por ocasião de seu contrato inicial.

§ 5º - Os candidatos estrangeiros serão dispensados das exigências dos incisos III e IV, devendo comprovar que se encontram em situação regular no Brasil.

§ 6º - O candidato estrangeiro aprovado no concurso e indicado para o preenchimento do cargo só poderá tomar posse se apresentar visto temporário ou permanente que faculte o exercício de atividade remunerada no Brasil.

§ 7º - No ato da inscrição, os candidatos com deficiência deverão apresentar solicitação para que se providenciem as condições necessárias para a realização das provas.

§ 8º - É de integral responsabilidade do candidato a realização do *upload* de cada um de seus documentos no campo específico indicado pelo sistema constante do *link* <https://uspdigital.usp.br/gr/admissao>, ficando o candidato desde já ciente de que a realização de *upload* de documentos em ordem diversa da ali estabelecida implicará o indeferimento de sua inscrição.

§ 9º - É de integral responsabilidade do candidato a apresentação de seus documentos em sua inteireza (frente e verso) e em arquivo legível, ficando o candidato desde já ciente de que, se não sanar durante o prazo de inscrições eventual irregularidade de *upload* de documento incompleto ou ilegível, sua inscrição será indeferida.

§ 10 - Não será admitida a apresentação extemporânea de documentos pelo candidato, ainda que em grau de recurso.

§ 11 - No ato da inscrição, o candidato que se autodeclarar preto, pardo ou indígena manifestará seu interesse em participar da pontuação diferenciada prevista no item 11 e seus parágrafos deste Edital.

§ 12 - Para que faça jus à bonificação a candidatos autodeclarados pretos e pardos, o candidato deverá possuir traços fenotípicos que o caracterizem como negro, de cor preta ou parda.

§ 13 - A autodeclaração como preto ou pardo feita pelo candidato que manifestar seu interesse em participar da pontuação diferenciada será sujeita a confirmação por meio de banca de heteroidentificação.

§ 14 - Na hipótese de não confirmação da autodeclaração de pertença racial, o candidato será eliminado do concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço ou emprego público, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

§ 15 - Para confirmação da autodeclaração do candidato indígena será exigido, no ato da inscrição, o Registro Administrativo de Nascimento do Índio - Rani próprio ou, na

ausência deste, o Registro Administrativo de Nascimento de Índio - Rani de um de seus genitores.

§ 16 – Situações excepcionais poderão ser avaliadas pelo Conselho de Inclusão e Pertencimento, que poderá admitir a confirmação da autodeclaração do candidato como indígena por meio de, cumulativamente, memorial e declaração de pertencimento étnico subscrita por caciques, tuxauas, lideranças indígenas de comunidades, associações e/ou organizações representativas dos povos indígenas das respectivas regiões, sob as penas da Lei.

§ 17 - As normas vigentes para apresentação dos documentos referentes à autodeclaração como preto, pardo e indígena, bem como para sua confirmação, estão disponíveis no site da Secretaria Geral da USP (<https://secretaria.webhostusp.sti.usp.br/?p=12343>).

§ 18 - Para fins do inciso III, serão aceitos os documentos listados no art. 209 do Decreto Federal nº 57.654/1966, ficando dispensados de fazê-lo os candidatos do sexo masculino que tiverem completado 45 (quarenta e cinco) anos até o dia 31 de dezembro do ano anterior ao período de abertura de inscrições.

§ 19 – Somente serão aceitas inscrições de candidatos(as) com Doutorado em Linguística, Linguística Aplicada, Educação ou Letras (Língua Italiana).

2. As inscrições serão julgadas pela Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, em seu aspecto formal, publicando-se a decisão em edital.

Parágrafo único – O concurso deverá realizar-se no prazo de trinta a cento e vinte dias, a contar da data da publicação no Diário Oficial do Estado da aprovação das inscrições, de acordo com o artigo 134, parágrafo único, do Regimento Geral da USP.

3. O concurso será realizado segundo critérios objetivos, em duas fases, por meio de atribuição de notas em provas, assim divididas:

1ª fase (eliminatória) – prova escrita – peso 1

2ª fase – I) julgamento do memorial com prova pública de arguição - peso 3

II) prova didática - peso 1

§ 1º - A convocação dos inscritos para a realização das provas será publicada no Diário Oficial do Estado.

§ 2º - Os candidatos que se apresentarem depois do horário estabelecido não poderão realizar as provas.

§ 3º - Na avaliação das provas pela comissão julgadora, será considerada a finalidade externada para a criação da vaga (concessão do cargo docente) à qual se destina o presente concurso, disponível no anexo ao presente edital.

§ 4º - A prova didática será realizada na língua italiana.

4. A prova escrita, que versará sobre assunto de ordem geral e doutrinária, será realizada de acordo com o disposto no art. 139, e seu parágrafo único, do Regimento Geral da USP.

I – a comissão organizará uma lista de dez pontos, com base no programa do concurso e dela dará conhecimento aos candidatos, 24 (vinte e quatro) horas antes do sorteio do ponto, sendo permitido exigir-se dos candidatos a realização de outras atividades nesse período;

II – o candidato poderá propor a substituição de pontos, imediatamente após tomar conhecimento de seus enunciados, se entender que não pertencem ao programa do concurso, cabendo à comissão julgadora decidir, de plano, sobre a procedência da alegação;

III – sorteado o ponto, inicia-se o prazo improrrogável de cinco horas de duração da prova;

IV – durante sessenta minutos, após o sorteio, será permitida a consulta a livros, periódicos e outros documentos bibliográficos;

V – as anotações efetuadas durante o período de consulta poderão ser utilizadas no decorrer da prova, devendo ser feitas em papel rubricado pela comissão e anexadas ao texto final;

VI - O candidato poderá utilizar o microcomputador para a realização da prova escrita, mediante solicitação por escrito à Comissão Julgadora, nos termos da Circ.SG/Co/70, de 5/09/2001 e da portaria FFLCH nº 007/2022, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 02/07/2022.

VII – a prova, que será lida em sessão pública pelo candidato, deverá ser reproduzida em cópias que serão entregues aos membros da comissão julgadora, ao se abrir a sessão;

VIII – cada prova será avaliada, individualmente, pelos membros da comissão julgadora;

IX – serão considerados habilitados para a segunda fase os candidatos que obtiverem, da maioria dos membros da comissão julgadora, nota mínima sete;

X – a comissão julgadora apresentará, em sessão pública, as notas recebidas pelos candidatos.

5. Ao término da apreciação da prova escrita, cada candidato terá de cada examinador uma nota final, observada a eventual aplicação da pontuação diferenciada nos termos do item 11 deste Edital.

6. Participarão da segunda fase somente os candidatos aprovados na primeira fase.

7. O julgamento do memorial, expresso mediante nota global, incluindo arguição e avaliação, deverá refletir o mérito do candidato.

Parágrafo único – No julgamento do memorial, a comissão apreciará:

I – produção científica, literária, filosófica ou artística;

II – atividade didática universitária;

III – atividades relacionadas à prestação de serviços à comunidade;

IV – atividades profissionais ou outras, quando for o caso;

V - diplomas e outras dignidades universitárias.

8. A prova didática será pública, com a duração mínima de quarenta e máxima de sessenta minutos, e versará sobre o programa da área de conhecimento acima mencionada, nos termos do artigo 137 do Regimento Geral da USP.

I – a comissão julgadora, com base no programa do concurso, organizará uma lista de dez pontos, da qual os candidatos tomarão conhecimento imediatamente antes do sorteio do ponto;

II – o candidato poderá propor a substituição de pontos, imediatamente após tomar conhecimento de seus enunciados, se entender que não pertencem ao programa do concurso, cabendo à comissão julgadora decidir, de plano, sobre a procedência da alegação;

III - a realização da prova far-se-á 24 (vinte e quatro) horas após o sorteio do ponto as quais serão de livre disposição do candidato, não se exigindo dele nesse período a realização de outras atividades;

IV – o candidato poderá utilizar o material didático que julgar necessário;

V– se o número de candidatos o exigir, eles serão divididos em grupos de, no máximo, três, observada a ordem de inscrição, para fins de sorteio e realização da prova;

VI – quando atingido o 60º (sexagésimo) minuto de prova, a Comissão Julgadora deverá interromper o candidato;

VII – se a exposição do candidato encerrar-se aquém do 40º minuto de prova, deverão os examinadores conferir nota zero ao candidato na respectiva prova.

9. Ao término da apreciação das provas, cada candidato terá de cada examinador uma nota final que será a média ponderada das notas por ele conferidas nas duas fases, observados os pesos mencionados no item 3 e a eventual aplicação da pontuação diferenciada nos termos do item 11 deste edital.

10. As notas das provas poderão variar de zero a dez, com aproximação até a primeira casa decimal.

11. Aplicar-se-á pontuação diferenciada aos candidatos pretos, pardos e indígenas, nos termos ora especificados.

§ 1º - A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do concurso público é:

$$PD = (MCA - MCPPI) / MCPPI$$

Onde:

- PD é a pontuação diferenciada a ser acrescida às notas, em cada fase do concurso público, de todos os candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

- MCA é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram, excluindo-se os inabilitados, ou seja, os que não atingiram a pontuação mínima referida nos itens 4 e 13 do presente Edital. Entende-se por “ampla concorrência” todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas e aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

- MCPPI é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo-se os inabilitados.

§ 2º - A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do concurso público é:

$$NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI$$

Onde:

- NFCPPI é a nota final na fase do concurso público, após a aplicação da pontuação diferenciada e que gerará a classificação do candidato na etapa do concurso público, limitada à nota máxima prevista em edital. Ao término da fase de concurso público, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

- NSCPPI é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada.

§ 3º - Os cálculos a que se referem os §§ 1º e 2º deste item devem considerar duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

§ 4º - A pontuação diferenciada (PD) prevista neste item aplica-se a todos os beneficiários habilitados, ou seja, aos que tenham atingido o desempenho mínimo estabelecido no edital do certame, considerada, para este último fim, a nota simples.

§ 5º - Na inexistência de candidatos beneficiários da pontuação diferenciada entre os habilitados, não será calculada a pontuação diferenciada.

§ 6º - A pontuação diferenciada não será aplicada quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

12. O resultado do concurso será proclamado pela comissão julgadora imediatamente após seu término, em sessão pública.
13. Serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem, da maioria dos examinadores, nota final mínima sete.
14. A indicação dos candidatos será feita por examinador, segundo as notas por ele conferidas.
15. Será proposto para nomeação o candidato que obtiver o maior número de indicações da comissão julgadora.

16. A posse do candidato indicado ficará sujeita à aprovação em exame médico realizado pelo Departamento de Perícias Médicas do Estado – DPME, nos termos do Artigo 47, VI, da Lei nº 10.261/68.
17. A nomeação do docente aprovado no concurso assim como as demais providências decorrentes serão regidas pelos termos da Resolução nº 7271 de 2016.
18. O docente em RDIDP deverá manter vínculo empregatício exclusivo com a USP, nos termos do artigo 197 do Regimento Geral da USP.
19. O concurso terá validade imediata e será proposto para nomeação somente o candidato indicado para o cargo posto em concurso.
20. O candidato será convocado para posse pelo Diário Oficial do Estado.
21. Maiores informações bem como as normas pertinentes ao concurso, encontram-se à disposição dos interessados no site <http://academica.fflch.usp.br/concursos/doutor/todos>, pelos telefones 11-3091-4590 e 3091-4621, ou por correio eletrônico (apoioaca1fflch@usp.br).

ANEXO - concessão do claro docente - Língua Italiana

OBJETIVOS

Fortalecer os estudos linguísticos em Italiano com ênfase nas vertentes de ensino/aprendizagem, perspectiva intercultural e pragmática, descrição linguística e heterogeneidade da língua que constituem o programa do concurso. A partir de uma melhor distribuição de carga horária entre as/os docentes, favorecer o oferecimento de disciplinas optativas de graduação e de cursos de pós-graduação sobre temáticas inovadoras desenvolvidas recentemente na área: intercompreensão em línguas romances, novas tecnologias no ensino, italiano como língua de herança e pragmática intercultural.

ENSINO - METAS

Espera-se que a/o nova/o docente colabore no ministrado de disciplinas obrigatórias e eletivas sobre Língua Italiana, e que, no médio prazo, crie e ministre disciplinas optativas dentro das áreas temáticas específicas detalhadas na seção sobre objetivos e no programa do concurso: a dimensão pragmática no ensino-aprendizagem, o Italiano em contexto universitário, aspectos pouco

explorados do funcionamento linguístico, novas tecnologias no ensino de línguas, heterogeneidade da Língua Italiana, tanto na Europa como na sua realidade de língua de herança.

Como todo docente do Departamento, a/o nova/o contratada/o deverá, desde o início e também no médio e longo prazo, cumprir com a carga horária didática estabelecida para os docentes em RDIDP.

Também no médio prazo, é uma meta desta contratação que projetos como o GT de Políticas Linguísticas da USP (PoLínguas) e o Teletandem com alunos de outras universidades, nos quais participa a habilitação em Letras-Italiano, e que exigem um engajamento constante, possam ser mantidos e reforçados.

No que diz respeito ao ensino de pós-graduação, dentre as atuais linhas do PPG Em Língua, Literatura e Cultura Italianas, as que mais facilmente acolherão inicialmente o trabalho didático de uma/um docente que ingresse a partir do programa proposto para o concurso serão, sem dúvida, as de “Aquisição e aprendizagem do Italiano como língua estrangeira” e “O Italiano falado e escrito sob a perspectiva brasileira”. Espera-se que a/o docente credencie inicialmente, no Programa, alguma disciplina relacionada à especificidade da pesquisa que deverá desenvolver, e que, no médio prazo, dê início à orientação de mestrado e, progressivamente, de doutorado.

PESQUISA E INOVAÇÃO – METAS

Como todos os docentes do Departamento de Letras Modernas, o contratado deverá, desde o início do seu exercício:

- credenciar e desenvolver um projeto de pesquisa na sua especialidade;
- difundir resultados de pesquisa mediante alguns dos formatos de publicação, em âmbito nacional e internacional, que o Departamento prioriza no seu Projeto Acadêmico: livros e capítulos por editoras com comitê editorial e revisão de pares, artigos em periódicos científicos de nítido reconhecimento na área e/ou estratégicos para a especificidade de pesquisa do docente, traduções comentadas de obras literárias ou ensaísticas, coleções e edições críticas. Espera-se, do ponto de vista quantitativo, que a produção bibliográfica do docente seja acorde com a média de publicações de sua área de conhecimento e com a que requer seu programa de pós-graduação para credenciamento.

No médio prazo, também como todo docente do Departamento, espera-se que o docente oriente pesquisadores em iniciação científica e gradativamente mestrado e doutorado, que se engaje em projetos, grupos e redes nacionais e internacionais de pesquisa, ganhando progressivamente espaço de liderança, que supervise pós-doutorado e que procure obter recursos mediante editais de fomento.

A especificidade disciplinar desta contratação para que a singularidade e criatividade da/do docente contratada/o abra seus caminhos de pesquisa e de formação e pesquisadores está dada pelas temáticas enunciadas nos objetivos e no programa de concurso: problemáticas interculturais e pragmáticas nas relações entre a Língua Italiana e o Português Brasileiro, aspectos pouco estudados do funcionamento linguístico e da heterogeneidade da Língua Italiana, o Italiano no

Brasil, novas tecnologias no ensino de línguas, intercompreensão, sem prejuízo das que a evolução da pesquisa do docente e seu engajamento em redes venha trazer.

CULTURA E EXTENSÃO - METAS

Espera-se, em primeiro lugar que como todo docente em RDIDP, a/o nova/o contratada/o assuma progressivamente as diversas atividades de extensão universitária que o Projeto Acadêmico do DLM estabelece como possibilidades para seus professores: cursos específicos e/ou em parceria com instituições, participação em eventos científicos e culturais, publicação em meios de ampla divulgação, participação em bancas, atuação como parecerista, dentre outros.

Em particular, a subárea de Língua Italiana mantém estreita e constante relação com a escola pública, por meio dos cursos de formação, coordenados por docentes da área e destinados a professoras e professores dos Centros de Estudos de Línguas do Estado e das prefeituras. Um exemplo recente é o “Curso de atualização para professores de Italiano dos Centros de Estudo de Línguas do Estado”, que até 2019 era realizado em parceria com a SEE-SP, e nos últimos anos foi oferecido remotamente em parceria com o Instituto Cultural Ítalo Brasileiro (ICIB) de São Paulo.

Esse tipo de parceria com a escola básica, sobretudo pública, será meta prioritária, no terreno da extensão, para que a área continue desenvolvendo.

IMPACTO ESPERADO COM A CONTRATAÇÃO

Os impactos esperados da nova contratação, dada a natureza de objetos de estudo e de atividades em que se insere o DLM, estarão centrados, dentro das alternativas mencionadas no cabeçalho desta seção, principalmente na formação de recursos humanos para o ensino e a pesquisa e na relação com a sociedade.

A contratação de uma/um nova/o docente junto à subárea de Língua Italiana terá como impacto, no curto prazo, uma distribuição da carga horária nas disciplinas obrigatórias para o ensino da língua que permitirá a criação e o oferecimento de disciplinas de graduação nos campos de pesquisa dos atuais professores que já atuam com temas inovadores na pós-graduação. No curto a médio prazo, esse oferecimento de optativas incluirá também a/o nova/o docente. Por sua vez, esse oferecimento de uma formação mais especializada na graduação trará benefícios seja para que os graduados atuem no mercado e trabalho de forma inovativa, seja para seu ingresso, com uma melhor base, na pós-graduação.

Espera-se que, no médio e longo prazo, tanto o ensino como a pesquisa desenvolvida na pós-graduação no que diz respeito à Língua Italiana se diversifique em algumas das temáticas que fazem parte dos objetivos já enunciados da contratação e do programa do concurso, selecionadas porque acrescentarão novas perspectivas para a atual pesquisa da área. A ênfase de desenvolvimento temático dentro desse campo estará determinada pelas escolhas próprias da singularidade do docente. No médio e longo prazo, espera-se também que a nova contratação acrescente a participação da área no programa de pós-doutorado, considerado estratégico dentro do Projeto Acadêmico do DLM.

Por último, é uma expectativa que, no médio e longo prazo, a contratação ajude a dar continuidade a outro aspecto para o qual o Projeto Acadêmico do Departamento tem dado

crescente importância: a interdisciplinaridade na criação de disciplinas de graduação e pós-graduação em colaboração com outros departamentos, áreas e unidades.